



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD  
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

Of. nº 10/837- SEMAD/DGD/MBKB

Novo Hamburgo, 17 de setembro de 2014.

**Assunto: Resposta ao Ofício 1262/2014 – Memo – COJUR nº25/2014**

Senhor Presidente,

Em atenção ao **Ofício 1262/2014** – protocolado sob nº 66.116/2014-1, de autoria do nobre Presidente da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, remetemos, em anexo, documentação pertinente.

Atenciosamente,

  
LUIS LAUERMANN

Prefeito

Ao Senhor  
NAASOM LUCIANO  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Novo Hamburgo - RS



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Estado do Rio Grande do Sul  
Procuradoria-Geral do Município – PGM  
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

Novo Hamburgo, 16 de setembro de 2014

De: Procuradoria-Geral do Município – PGM  
Para: Gabinete do Prefeito

*Objeto: Projeto de Lei. Requisitos.*

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO  
LEGISLATIVO. LEI ORGÂNICA. TÉCNICA  
LEGISLATIVA. ATENDIMENTO.**

#### **I. Do Breve Relato**

Trata-se de considerações acerca do parecer contido nos autos do Projeto de Lei 101/2014.

O parecer suscitou alguns temas que serão abaixo analisados.

#### **II. Do Mérito**

No que se refere a iniciativa do projeto, a mesma está superada, não sendo necessário tecer maiores comentários.

Com relação ao item II do parecer, cumpre destacar que não se está a utilizar como forma de coação. A multa decorre da própria Lei Federal, que prevê situações de multa.

A tarifa de pós utilização é ato de sanção. Na realidade, trata-se de benefício ao usuário do sistema.



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Estado do Rio Grande do Sul  
Procuradoria-Geral do Município – PGM  
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

### III. Das Considerações Finais

Pelo exposto, considerando que o Projeto se encontra dentro dos princípios e leis que regem o tema, o mesmo está apto para sofrer o processo legislativo, sem ressalvas.

Finalmente, cumpre ressaltar que o presente parecer é peça meramente opinativa, não vinculando o administrador em sua decisão (MS nº 24.073, relator Ministro Carlos Velloso, STF).

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

A consideração da Procurador-Geral do Município.

  
Mateus Klein

Subprocurador-Geral PMNH / PGM

De acordo:

  
Marcelo Ribeiro da Silva

Procurador-Geral do Município PMNH / P G M, interino